



# Património com Futuro... Ou sobre a resiliência das cidades

Carlos Fortuna

Faculdade de Economia, Centro de Estudos Sociais,  
Universidade de Coimbra

←

Coliseu de Roma  
Deolinda Folgado, 2014.

**Vivemos um presente de grande tolerância perante o passado. A inflação patrimonialista e memorialista a que se assiste é disso melhor sinal. Contudo vale a pena perguntar se há um património urbano a transmitir ao futuro. O autor argumenta que há um sentido futurante, por vezes até um sentido inesperado, do património que deve ser passado às futuras gerações. A única condição é assegurar que não fique refém da ação e da retórica do mercado turístico da nostalgia. O texto conclui que este património do futuro há de reforçar o sentido híbrido e cosmopolita da nova urbanidade que há de revelar-se igualmente tolerante para com o seu passado.**

## Abertura

O tempo que vivemos é de enorme condescendência para com o passado. Outrora, os artistas e os profetas recorriam aos ensinamentos do passado para o celebrar, mas também para melhor vaticinar o futuro das comunidades. Henri de Saint-Simon, ao mesmo tempo que advogava as «festas da lembrança» como celebração da memória coletiva, era um confesso entusiasta das «festas da esperança» enquanto representação utópica do futuro. Hoje, ao invés, o passado revela-se um anacrónico sinal de um longo presente coletivo, impedido que está

de projetar o futuro. Nietzsche e Benjamin encontram-se entre os pensadores que mais suspeitam das promessas de progresso que a modernidade anunciou. À luz das suas reflexões, o futuro não poderá começar dada a aguda incompletude dos projetos do passado e a suspeita de que um futuro decente possa erigir-se sobre tão profundos sinais de incúria, ruína e destruição que o passado revela.

Desta premissa decorre a dificuldade de enunciar o património futuro das comunidades<sup>1</sup>. Dito de outro modo, qual será a riqueza material, artística ou cultural que queremos legar ao futuro que virá? A dificuldade da resposta resulta de vivermos inundados de presente e de um tempo vivido instantaneamente. Enunciar o património do futuro, portanto, depende do inconclusivo inventário do que há de ser a estrutura das necessidades e expectativas culturais desse mesmo futuro. Tarefa ingrata para quem, não tendo os dotes dos artistas ou dos profetas de outrora, deve limitar ao máximo a presunção de apresentar o sentido *futurante* do património e cingir-se, comedidamente, a procurar decifrar sinais da estrutura das necessidades e expectativas culturais de um presente que o condiciona.

Pode-se dizer que a noção de património tem uma natureza fundamentalmente *presentista*, na medida em que responde primordialmente a necessidades políticas e culturais contemporâneas e respeita mais o entendimento do que é o presente coletivo do que o passado das comunidades e grupos sociais. Procurarei ilustrar esta hipótese recorrendo a exemplos de alguns usos sociais de bens patrimoniais que integram a paisagem urbana da atualidade. Desta paisagem fazem parte situações patrimoniais a que poderemos chamar *patrimónios inesperados*, por a sua valorização ser fruto da mistura desordenada de regimes temporais que, por sua vez, decorre do fim da linearidade do tempo (passado, presente, futuro). Numa sociedade

de em que tudo parece valer por igual – a cultura, a política, a religião, a escola ou o consumo –, o reconhecimento de muitos destes *patrimónios inesperados*, que incluem situações de *nonsense*, absurdidade e risco, está associado à subordinação de emoções e sentimentos a desígnios mercadológicos e à promessa pós-moderna de sempre renovada satisfação pessoal. Mas algumas iniciativas sociais, com frequência informais, «de baixo para cima» e à margem dos apoios institucionais, podem também constituir *patrimónios inesperados* por prometerem ao futuro coletivo a revalorização da vivência sociocultural de bairros, praças, ruas ou edifícios.

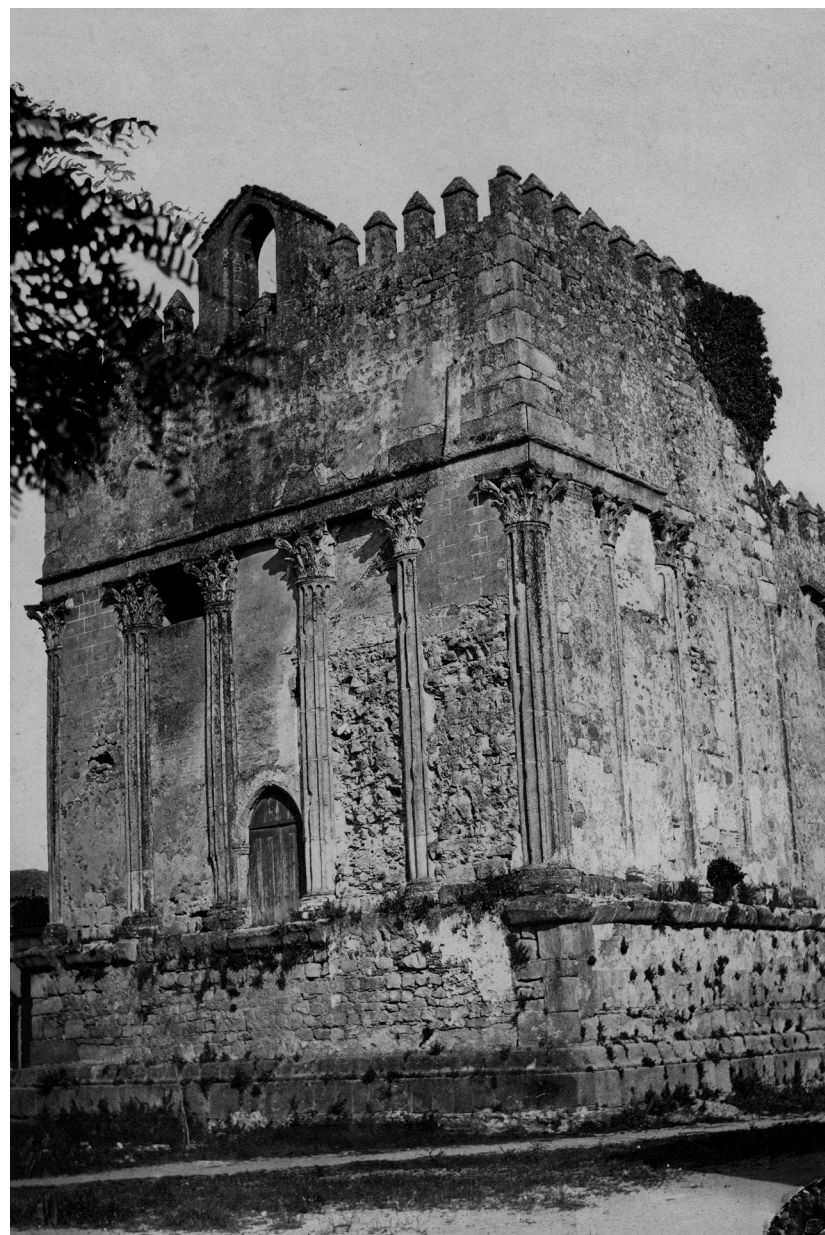
## Tempo, passado e presentismo do património

Dizer que a noção de património tem uma natureza fundamentalmente *presentista* tem um sentido filosófico e político. O *sentido filosófico* do presente do património decorre do que o filósofo do tempo Andreas Huyssen considera ser a inusitada plasticidade e ambiguidade do presente. Tal traduz-se, ora na experiência social de um *presente excedentário* – que se «prolonga» em virtude de um futuro incerto que não se deixa antever –, ora no sentimento de um *presente deficitário* – «contraído» dada a prevalência das referências históricas e da memória como recurso identitário dos sujeitos (Huyssen: 2003).

A proposta comporta a possibilidade de o recurso ao significado sempre plural e seletivo do passado e da memória ser mais frequente quando a retração económica se instala e o presente, que mobiliza todas as energias sociais em busca de soluções de bem-estar, se prolonga duradouramente em detrimento da imaginação do futuro. Ao invés, ainda nesta releitura de A. Huyssen, seriam os períodos de relativo desafogo e crescimento sustentado das economias urbanas a alimentar a projeção no futuro das expectativas do presente e a reduzir a entrega a memórias do passado. Assim, num mundo mergulhado em constantes armadilhas económico-financeiras, a *com-vivência* com patrimónios herdados de um passado julgado promissor – o único capaz de gerar tal riqueza – torna-se inelutável e o ato de pensar um património para o futuro mostra-se tarefa complexa e quase ilegítima, em vista das dificuldades do presente vivido.

O *sentido político* da noção *presentista* do património é uma decorrência de as cidades constituírem hoje uma permanente possibilidade de encontro de pessoas de todas as latitudes e origens, mas também de uma articulação *hic et nunc* de tempos diversos. A pluritemporalidade por vezes desconexa das cidades faz interrogar como se articulam as permanências e as mudanças culturais. Por exemplo, a ambiguidade da noção de «centro histórico» está associada à difícil delimitação dos tempos históricos que se sobrepõem numa área urbana determinada. Daí que as ações de reabilitação arquitetónica ou artística dos «centros históricos» surjam carregadas de ambiguidade já que se procuram conservar de modo a modernizar a cidade e modernizá-la para que continue a ser antiga e respeitar a forte valorização do passado<sup>2</sup>.

Esta plasticidade do presente, inerente a falência da linearidade do tempo, alimenta um processo de *contemporaneização* do passado que tanto surge no domínio das artes (o espírito *gótico*), como no campo do consumo cultural (moda *retro*) ou da ação de conservação patrimonial. Na minha avaliação,



↑  
**Templo Romano de Évora.**  
Arquivo fotográfico da Câmara Municipal de Évora.

é tal o sucesso desta *contemporaneização* que permite declarar sem rodeios que o passado vende. E vende provavelmente mais em períodos de retração económica, quando tanto se desconfia do futuro. Entre nós, provam-no os repetidos planos municipais ou empresariais privados que se projetam no futuro com um fortíssimo pendor histórico e mnemónico que os assemelha a réplicas nostálgicas das «festas da lembrança» saint-simonianas. Se esta for uma estratégia para preparar o futuro das cidades, dos seus lugares e tradições, a pergunta incontornável será a de saber até quando continuará o passado a vender com tanto sucesso.

## As ruínas e a resiliência da cidade

Para Alois Riegl (1858-1905), o consagrado intérprete do «culto moderno dos monumentos», os sujeitos modernos são

os principais responsáveis pela atribuição de valor e significado aos bens e recursos do passado (Riegl: 1984 [1903]) que assim vão sendo sucessivamente ressignificados (Choay: 2006). Os usos sociais desses bens patrimoniais são os mais diversos e a reconfiguração avaliativa do seu significado traduz-se na resiliência patrimonial e funcional das cidades que hoje não morrem tão facilmente como no passado longínquo.

Esta resiliência da cidade é, portanto, o outro lado da conservação e adaptação dos próprios edifícios e construções. Neste domínio, no mundo ocidental, o Coliseu de Roma é por certo o caso mais célebre de uma ruína urbana com sucessivos usos sociais. Construído entre os anos de 71 e 80, o fórum de Flávio foi sinónimo da grandeza imperial de Roma e desde sempre um edifício exemplar da «cidade eterna». A sua icónica imagem imperial serviu para cunhar moedas, do mesmo modo que foi repetidamente assinalada em rotas e mapas medievais. A cada invasão e saque da história de Roma, o Coliseu sofreu mudanças de funcionalidade e o grande teatro de cerimónias e festas imperiais serviu depois como mercado local, albergou malfeteiros, foi abrigo de comerciantes e fez de pedreira para a construção de palácios nobres (Macaulay: 1953; Woodward: 2002; Puff: 2011). Recentemente, a primeira atração turística da cidade escapou à proposta de venda para reduzir *déficits* orçamentais do Estado italiano.

Permita-se-me fazer o paralelo com o caso de Évora e o seu famoso templo romano. Datado do século I, o templo – hoje ícone turístico da cidade – é objeto de razoável desconhecimento sobre os usos sociais que serviu ao longo do tempo<sup>3</sup>. Tudo está subsumido na hegemónica narrativa turística que persiste em reduzir o bem ao «Templo de Diana». A própria imagem que temos dele, fixada há pouco mais de 100 anos, resulta parcial ao propor o esquecimento de adaptações funcionais e iconográficas por que passou e sugerir apenas a decadência física motivada pelo passar do tempo<sup>4</sup>.

Como no caso do Coliseu, o templo de Évora é refém também da narrativa que o vende com sucesso no mercado turístico da nostalgia e do património. O sentido *presentista* do património histórico que ambos ilustram, e o turismo promove,

↓  
**Teatro Sousa Bastos, Coimbra.**  
Carlos Fortuna, 2016.



inscreve-se na lógica de legitimação de Alois Riegl que faz depender o significado moderno dos monumentos históricos de grupos organizados de interesses.

Haverá uma forma alternativa de pensar como poderão estes vestígios do passado tornar-se património do futuro das cidades e que dispense ou minimize a sua dependência da retórica do mercado turístico? Quero admitir que sim, por mais utópico que possa parecer integrar a ambos numa renovada noção de cidadania situada. No caso de Roma, não será que podemos subscrever o cenário de o Coliseu passar a ser experienciado como ruína *vivida* e não apenas como ruína *pensada*, integrada num «sistema vivo de ruínas» disponível, sob determinadas condições de salvaguarda e segurança, para usos sociais e culturais alternativos como já sucede em situações pontuais de outras ruínas romanas, como o Mercado de Trajano (Gnisci: 2011)? No mesmo sentido, por que não prosseguir em Évora a estratégia educativa e da década de 80, quando as escolas da cidade inscreveram o património histórico edificado da cidade, designadamente o velho templo romano, na aprendizagem escolar, transfigurando aquele «calendário espacial» em dispositivo identitário e fator de orgulho local dos jovens em idade escolar.

## Velhos edifícios e novas ruínas

As considerações acerca das ruínas milenares podem adequar-se também ao entendimento do significado distópico das chamadas ruínas pós-industriais (fábricas abandonadas, armazéns devolutos, estações ferroviárias encerradas, quartéis desativados, etc.). A representação de decadência que a ruína contemporânea alimenta contrasta fortemente com o impulso contemplativo e a obsessão pela conservação típicos do ambiente romântico. As «novas» ruínas tornam clara a falência de estruturas do mundo moderno e fazem destacar a vulnerabilidade e a finitude dos valores constitutivos do progresso idealizado da modernidade. Ao mesmo tempo, enquanto espaço vazio, no capitalismo atual as ruínas pós-industriais prefiguram uma possível nova investida

↓  
**Fábrica Triunfo, Coimbra.**  
Carlos Fortuna, 2016.





←

Exposição Permanente "SHOA" no Bloco 27, no Museu Nacional de Auschwitz-Birkenau. António Carvalho, 2015.

Carlos Fortuna.

teatro no «centro histórico» de Coimbra – o Teatro Sousa Bastos. O estado de degradação física do Teatro faz dele um desses *fantasmas* urbanos que os românticos entendiam ser a «presença de uma ausência» das ruínas. A possível reconversão funcional do edifício seria uma daquelas ideias novas que Jane Jacobs por certo subscreveria. Mas a história do velho edifício é adversa e a sua localização no meio de sinuosas e estreitas ruas da «alta» penaliza a sua reconversão em ativo urbano da cidade. Nascido Igreja de São Cristóvão, em pleno século XII, a intenção de conferir futuro ao edifício viria a convertê-lo em «Teatro D. Luís», no final da Monarquia. Com a República definhou e viria a morrer quando esta se tornou democrática. A solidez material da construção e a função cultural dos cinemas de rua, dos teatros e dos cineteatros dissolveram-se, também elas, como «tudo o que é sólido» nos ares da economia e da cultura do capitalismo moderno, dir-se-ia parafraseando Marshall Berman. Hoje, o Sousa Bastos agoniza e clama por solução redentora que tarda. Torná-lo património com futuro parece tão difícil de sustentar como de rejeitar. Como escrevi noutro lugar, aqui não se trata de patrimonializar para salvar, mas, se me posso exprimir assim, de *despatrimonializar* o velho teatro para poder reinseri-lo no tecido urbano futuro de Coimbra, certamente com outras funções e, provavelmente, com outra iconografia que não a que resta do seu longo trajeto histórico (Fortuna e Meneguello: 2013).

## Património e turismo emocional

Deixei assinaladas atrás situações em que o que resta do património do passado está a ser mantido e revalorizado pelo turismo. Mas a relação entre turismo e património é complexa e contém paradoxos vários devidos ao modo de organização da cultura da (hiper)transparência que tudo pretende revelar, como sustenta Byung-Chul Han (2014). Nos anos 20 do século passado, Robert Musil comentou o sentimento de indiferença e despreendimento social causado pela insistente e repetida exposição de marcas histórico-monumentais na paisagem urbana de Berlim. Segundo o autor de *O Homem sem Qualidades*, tal situação é propensa a gerar a invisibilidade não pretendida desse património, já que nada prejudica mais um monumento (ou museu) do que outro monumento (ou museu). A situação é mais aguda se nada for relatado da história que se procura assinalar, do que ali se terá passado, de quem ali terá vivido, que finalidade terá servido. Enfim, tudo aquilo que (se) mostra também (se) esconde e nesse jogo de (in)visualidades alguns bens e ambientes patrimoniais saem ganhadores enquanto outros saem a perder com o excesso da sua exposição. O desfecho é incerto quando se atua em tempos de relativismo cultural sem limites.

Christo Javacheff e Jeanne Claude tornaram invisíveis lugares singulares e construções únicas da arquitetura monumental como o *Reichstag* berlinense e *mostraram*, em 1995, o edifício a milhares de turistas apreciadores do *embrulho*. Em

1952, no campo da música, John Cage *mostrou* a sua célebre e surpreendente composição *4' 33"*, para inverter o sentido da apreciação estética musical e devolver à sociedade uma responsabilidade criativa e sonora que desconhecia possuir. Entre nós, João César Monteiro *mostrou*, em 2000, uma «Branca de Neve» que disputa o sentido convencional do cinema e conduz ao paroxismo da *performance* fílmica.

As modalidades inesperadas de produzir e propor cultura têm hoje ampla aceitação entre grupos sociais que se entregam a consumos alternativos ou absurdos e conspícuos, em busca de experiências lúdico-sensoriais e prazeres sempre renovados. Verdadeiros colecionadores compulsivos de experiências mais e mais intensas e desafiadoras, muitas estratégias de promoção turística assentam na exploração dos mais diversos impulsos e emoções dos sujeitos. O turismo contemporâneo é pródigo em proporcionar *packages* que usam a memória e o esquecimento dos tempos e dos lugares como ingredientes centrais da sua oferta. Em muitos casos faz uso de patrimónios histórico-espaciais de forma tão paradoxal que é difícil dizer se estamos perante propostas culturalmente enriquecedoras ou meros simulacros e duvidosa aceitação.

É o caso do chamado *dark tourism*<sup>6</sup> que sendo uma invenção das últimas décadas do século passado tem as suas raízes nos *tours* por cenários tornados célebres pela ação de violadores ou assassinos londrinos do século XIX. Hoje, o *dark tourism*, caucionado pela sociedade «pós-emocional» (Meštrović: 1997) expõe de forma excessiva lugares e ambientes de dor, sofrimento e morte, ou de risco e calamidade, com grande aceitação social. Não é, a meu ver, essa a forma educativa de transmitir ao futuro o sentido dos patrimónios do nosso presente.

Em recente visita ao complexo Auschwitz-Birkenau pude testemunhar como estes campos de extermínio geram um fascínio semelhante às situações correntes em que a morte é técnica ou clinicamente manuseável, como nas séries televisivas sobre investigação forense. Impressiona a «proximidade» técnica e social do ambiente visitado. Com efeito, o complexo Auschwitz-Birkenau encontra-se na margem de uma pequena comunidade – Oświęcim – num lugar onde, noutras circunstâncias, se esperaria encontrar o mais banal centro comercial ou recinto desportivo. À entrada das casernas, os candeeiros têm o jeito corriqueiro da iluminação urbana de há poucos anos atrás. A profusão de excursões e o impressionante número de visitantes, em sucessivos grupos a aguardar a sua vez, tornam o ambiente familiar e assemelham-no a tantos lugares turísticos das cidades. O mesmo efeito têm as livrarias e as lojas de gelados e *souvenirs* que ajudam a converter a visita em trivial experiência turística.

Eis então um lugar patrimonial cuja iconografia tem o efeito perverso de nos prevenir do choque que é presenciar a proximidade inesperada do que parece distante: o genocídio e a vida de todos os dias. Esse é outro modo de entender (ou esconder?) a banalidade do mal sobre que Hannah Arendt e Primo Levi escreveram tão vigorosa e eloquentemente. Sem recato, o *dark tourism* reescreve essa narrativa não em linguagem literária, nem filosófica, mas nos termos brutais do entretenimento grotesco de duvidosa moralidade.

Semelhantes exemplos deste princípio de sujeição de lugares de alto sentido patrimonial da vida humana a desígnios turísticos multiplicam-se e ampliam-se de forma surpreendente e hordas crescentes de turistas acorrem em massa a *spots* sombrios de desumanização:

empresarial e tornam-se marcadores de renascimentos funcionais, por vezes inusitados (Edensor: 2005; Janowitz: 1990). Nesse cenário, elas contrariam as noções neo-decadentistas do fim da cidade – para que a funesta experiência de Detroit é exemplo arquetípico.

Em Portugal, são numerosos os projetos que configuram o que admito poder tratar-se de tentativas de salvaguarda de um património com sentido de futuro. Para só nomear alguns, a «Oliva» e a «Fábrica do Inglês», ao lado da «LX Factory», do «Braço de Prata» e da «Zona de Couros» ou do «Convento de São Francisco» são, na diversidade dos seus resultados, exemplos do possibilismo da reatualização funcional de áreas urbanas decadentes e perdedoras. Por via da ação pública ou privada, da atividade associativa, de projetos culturais ou da atividade comercial e de serviços, estas e outras iniciativas de requalificação propõem-se inverter o destino sombrio de ambientes urbano-industriais disfuncionais<sup>5</sup>.

Reconheço que a possível conversão de ruínas, quer clássicas quer modernas, em estruturas ativas integradas no quotidiano sociocultural das cidades retira muitos vestígios do passado à experiência museológica, erudita e espetacular que tende a limitar as possibilidades da sua *contemporização*. A sua reinserção, enquanto recurso patrimonial ativo, ao serviço

direto das comunidades locais, poderá funcionar como busca de utilizações alternativas, pautadas por valores mais consentâneos com o que podemos imaginar ser a estrutura de necessidades e direitos culturais e cosmopolitas de muitas comunidades do futuro.

Em muitos casos do edificado urbano devoluto não diretamente industrial – teatros e cineteatros, escolas, igrejas e quartéis e outros edifícios públicos – a sua possível salvaguarda e reconversão ativa é prejudicada por serem apenas espaços urbanos sujeitos à lei do mercado e da especulação imobiliária. São apenas edifícios. Não correspondem, muitos deles, à noção institucional dominante do que é o património das cidades e, por isso, escapam a um possível entendimento sobre como avaliá-los como valores patrimoniais urbanos do futuro.

Recordo, *en passant*, a voluntarista defesa da manutenção dos edifícios antigos que Jane Jacobs assumiu contra o que tinha por descaracterização de Nova Iorque causada pelos projetos de Robert Moses. Para a controversa autora de *The Death and Life of Great American Cities* (1961) as cidades precisam de edifícios velhos não só para poderem adensar memórias e assegurar civilidade, mas porque os edifícios velhos têm a virtude de estimular ideias novas.

Vem isto a propósito do edifício arruinado de um velho



↑  
Igreja e Convento de São Francisco, Capela dos Ossos, Évora.  
Manuel Ribeiro/DGPC/SIPA, 2002.

Só o relativismo cultural de hoje permite admirar o macabro como ingrediente patrimonial. A Capela dos Ossos na cidade de Évora é um exemplar incontestável da apreciação moderna do grotesco. Como em casos similares, mal se insinuava como património destinado a mostrar a gerações do futuro, a Capela dos Ossos foi objeto de contestação inconsequente. Em 1892, quando este futuro era ainda passado, a Capela dos Ossos sofreu a crítica de Adriano da Silva Monteiro que, com visão urbanística moderna e defensor do fim dos espaços «embocados», se propunha demolir o edifício da dita Capela que não se justificava «nem pelas tradições históricas [...], nem pela sua actual significação religiosa, além de que offende as mais rudimentares noções de hygiene e não representa nenhum d'aquelles monumentos de gerações extinctas, que a civilização manda respeitar pelo seu alto valor archeologico» [sic] (Monteiro: 1892).

O desfecho é conhecido. Venceu o macabro, disfarçado de património. O caso é revelador da necessidade de se pensarem medidas ajustadas para o que se insinua como patrimónios do futuro. Sempre que sejam entregues à retórica do mercado turístico da nostalgia e do património, o risco é que esses bens e ambientes possam ver subvertidos os significados a transmitir. Foram patrimónios que conseguiram vingar e permanecer no tempo apesar das incongruências que demonstram. A singela sinalização do que foram é moralmente mais aceitável que a sua conversão em entretenimento pós-emocional. Mas quem poderá garantir que não estaremos prestes a ver consagrada como património a descida turística até às profundezas de 700 metros, *in situ* e na própria cápsula de salvamento em que foram resgatados os 33 mineiros retidos por 69 dias após o desastre de Atacama em 2010? Ou quem virá assegurar que não surgirão propostas de patrimonialização das zonas costeiras do Mediterrâneo e do Egeu onde milhares em busca de uma vida decente a têm perdido devido à incúria e ao cinismo dos homens? Ou que certeza poderemos ter de que a memória horrenda do massacre do parisiense Bataclan não virá a ser assinalada com um qualquer *glamour* de mau gosto?

## Conclusão

Tratar a ruína urbana, clássica e moderna como *memento mori*, que nos põe de bem com a finitude das coisas, é reconhecer as virtudes da sua manutenção. O mesmo se aplica aos edifícios velhos e aos vestígios pós-industriais das nossas cidades. Tudo depende do modo como consigamos reinseri-los no dinâmico tecido urbano e social do futuro. O património, mesmo no sentido amplo que aqui utilizei, nunca é demasiado. Excessiva poderá ser a inflação memorialista da atualidade que é o inverso da escassez de boas práticas de gestão/conservação e de bons usos sociais desse património. Sem boas práticas e bons usos sociais, a insistência no património tem apenas o efeito de fazer esmorecer a nossa crença num futuro decente.

Preservar patrimónios com sentido *futurante* amplia, é certo, a *fabricação* de palimpsestos que trazem consigo marcas indelévels da presença de outros grupos e comunidades e de outros materiais e técnicas construtivas. A paisagem de futuro então complexifica-se. Mas esses palimpsestos mostram a virtude da ambígua *porosidade* benjaminiana da sociedade atual e ensinam a *com-viver* ao lado de outros processos sociais (formas de convivialidade, regimes de interação, expressões artísticas, religiosas ou políticas) que reforçam o

sentido híbrido e cosmopolita da urbanidade. A reabilitação e a refuncionalização dos patrimónios, até de alguns *patrimónios inesperados*, são algo mais que a simples conservação da materialidade das coisas apenas. É também a conservação de uma certa espiritualidade. Não é possível contornar a realidade deste presente urbano, talvez *excedentário*. Traz consigo a marca de um inquietante desalinho social, alimentado pela não menos desordenada colagem de regimes temporais e sistemas de valores. É nesta base que, irremediavelmente, devemos pensar como muitos patrimónios de hoje terão lugar na sociedade do futuro que, quero crer, continuará tolerante e condescendente para com o significado social do seu passado.

## NOTAS

1. No texto, farei uso livre e não técnico da noção de património. Por um lado, farei um uso restritivo da noção e referir-me-ei apenas à paisagem material edificada das cidades (edifícios, monumentos, ruínas, etc.) e não a patrimónios imateriais e intangíveis. Por outro lado, usarei a noção de património num sentido aberto para incluir nela bens não certificados de uso urbano e social comum e bens com estatuto patrimonial classificado de uma forma ou outra por instituições locais/municipais, nacionais ou internacionais. Só este uso franco da noção de património autoriza uma reflexão livre sobre o que se poderá pensar como património material a legar ao futuro, interrogação com que parti para a escrita deste texto.
2. Na soberba narrativa que oferecem sobre Nápoles, Walter Benjamin e Asja Laciš (1978) referem-se à *porosidade* dos edifícios que não permitem decifrar se são ruínas ou se se encontram ainda em construção. Esta noção de *porosidade* é analogicamente muito valiosa para usar no contexto deste ambíguo encontro de estratégias.
3. Edificado na época de Augusto, este «espaço da cidadela» terá servido de casa-forte do castelo da vila e posteriormente de açougue. A lenda do «Templo de Diana» terá surgido no século XVII, pelo P.º Manuel Fialho. Descrições disponíveis para o século XIX assinalam os merlões piramidais de tradição mudéjar-manuelina e as empenas cegas da construção que se ligava por passadiço da fachada Norte a edifícios da Inquisição. Em 1863 o teto abateu e o edifício ameaçou ruína até à obra de restauro de José Cinatti (Giuseppe Luigi Cinatti, 1808-1879), encarregado de repor a traça primitiva do templo. Em 1992, passou para a alçada do IPPAR e encontra-se hoje integrado no plano de intervenção no Espaço Público da Acrópole de Évora e Área Envolvente (anúncio n.º 281/2011) (Barata: 1872; Silva: 1995). ([http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2863](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2863). Consultado em julho de 2016.)
4. Há duas fotografias muito semelhantes à apresentada, sendo uma da autoria de Francesco Rocchini e outra de Jean Laurent que passou por Évora entre 1868 e 1869. Esta fotografia é seguramente anterior a 1871, ano em que Giuseppe Cinatti tinha já sido encarregado de repor a feição primitiva do templo, de acordo com os conceitos patrimoniais da altura. Agradeço a Carmen Almeida os detalhes desta informação.
5. Considero que o exemplo português de maior escala e sucesso na reconversão funcional de velhas instalações fabris é o caso da cidade da Covilhã, na sequência da fixação da Universidade da Beira Interior e a correspondente adaptação de inúmeros equipamentos industriais devolutos.

6. A expressão foi originalmente sugerida por Malcolm Foley e John Lennon (1996) e tem sido referida à exploração turística de *lieux de souffrance* e de desumanização, assim como à celebração do macabro, ou à turistificação de cenários de desastres e calamidades.

## BIBLIOGRAFIA

- BARATA, António Francisco – Restauro do Templo Romano em Évora. *Miscellanea Historico-Romantica*. Barcellos: Typographia da Aurora do Cavado. Original de 1872 em *Instituto Vasco da Gama*, t. 1, n.º 8, 1878.
- WALTER, Benjamin, e ASJA, Laciš – Naples. *Benjamin, Walter, Reflections: Essays, Aphorisms, Autobiographical Writings*. (Org. de Peter Demetz). New York e London: Harcourt Brace Jovanovich, 1978, pp. 163-173.
- CHOAY, Françoise – *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70, 2006.
- EDENSOR, Tim – *Industrial Ruins. Space, Aesthetics and Materiality*. Oxford e New York: Berg, 2005.
- FOLEY, Malcolm, e LENNON, John – JFK and dark tourism: A fascination with assassination. *International Journal of Heritage Studies*. London: Routledge, Taylor & Francis Group, 2 (4), 1996, pp. 195-197.
- FORTUNA, Carlos, e MENEGUELLO, Cristina – Escombros da Cultura: O cine-Éden e o teatro Sousa Bastos. *Diálogos Urbanos: Territórios, Culturas e Patrimónios*. Fortuna, Carlos, e Leite, Rogério (orgs.). Coimbra: Almedina, 2013, pp. 233-258.
- GNISCI, Armando – Roma como sistema de ruínas. *Leonard Express*. Marnoto, Rita (org.). Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2011, pp. 61-83.
- HAN, Byung-Chul – *A Sociedade da Transparência*. Lisboa: Antropos, 2014.
- HUYSEN, Andreas – *Present Pasts. Urban Palimpsests and the Politics of Memory*. Stanford, Stanford University Press, 2003.
- JANOWITZ, Anne – *England's Ruins. Poetic Purpose and The National Landscape*. Oxford: Blackwell, 1990.
- JACOBS, Jane – *The Death and Life of Great American Cities*. London: Pimlico, 1961.
- MACAULAY, Rose – *Pleasure of Ruins*. New York: Walker and Company, 1953.
- Meštrović, Stjepan – *Postemotional Society*. London: Sage, 1997.
- MONTEIRO, Adriano da Silva – Melhoria Local. *O Manuelinho d'Évora*. Évora, 14 de março de 1872.
- PUFF, Helmut – *Self-Portrait with Ruins: Maerten van Heemskerck*, 1553. *The Germanic Review*. Philadelphia, PA: Routledge, Taylor & Francis Group, n.º 86, 2011, pp. 262-276.
- RIEGL, Alois – *Le culte moderne des monuments: Son essence et sa genèse*. Paris: Éditions du Seuil, (1984) [1903].
- SILVA, António Carlos – A «Restauro» do Templo Romano de Évora. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal*. Évora: Câmara Municipal de Évora, Série II, n.º 1, 1995, pp. 63-71.
- WOODWARD, Christopher – *In Ruins*. London: Vintage, 2002.